

binómio

— por uma universidade popular —

A OUTRA FACE DA REFORMA...

(CONTINUAÇÃO DO "binómio" ANTERIOR)

O ano de 69/70 foi o ano do sorriso — participação no Técnico e Universidade Técnica, ausência de repressão generalizada (não houve processos disciplinares apesar dos acontecimentos de Económicas, Direito e diversas "meetings" incluindo um sobre a política africana de Portugal e as questões da guerra). No Técnico faziam-se Reuniões Gerais com a presença do Director e de professores, concordando geralmente com a necessidade de um ensino crítico e a discussão política na universidade.

Em Outubro de 70, tudo isto parecia estar no bom caminho — a reforma curricular no Técnico (que funcionara como teste dessa política) estava feita e os estudantes apesar das questões da Física II, Desenho II e Descritiva não tinham criado grandes problemas no ano anterior. Em Económicas o governo bloqueara o movimento, fazendo do ISCEF uma escola inoperante aonde se ensinava economia marxista, ao que os estudantes não foram ainda capazes de responder (note-se que o ISCEF deve desaparecer na nova reforma o que explica esta actualização governamental). A posição do ministério da educação aparecia inegavelmente reforçada.

Dezembro de 70 e o caso do Técnico. Foi este o mês da derrocada. A luta de apoio aos estudantes do ensino médio (aliada aos primeiros acontecimentos de Direito) permitindo uma ampla mobilização baseada em questões não ligadas directamente com os problemas pedagógicos do dia a dia, conseguiu pôr em cheque a política do ministério da educação perante a sua incapacidade de ceder a reivindicações elementares — legalização de organismos sindicais no Comercial Industrial, processos disciplinares etc.

No Técnico, a Reunião Geral de Alunos com o Grupo de Teatro sobre o ensino médio, as informações nas aulas, as distribuições à população (uma à porta do Técnico) foram sinal de alarme.

Os processos pedagógicos (que em 69/70 tinham sido aceites e até aproveitados pela Direcção do Instituto) começam a surgir: sobre-lotações, textos de Física, etc...

Em Janeiro os processos pedagógicos surgem como cogumelos — os estudantes pretendiam acabar com as cadeiras de Electro-técnica Geral e Instrumentação (5º e 6º. ano de Química respectivamente), o 4º. ano de Química com a cadeira de Tecnologia Química, o 5º. de Civil fazia greve e vix de comunicação e poucos dias depois do Doutoramento do Engº. Borges da Silva (20 val.) o 4º. Electricidade entre em greve limitada à ca-

deira de Medidas Eléctricas. O 4º, 5º e 6º anos de Química decidem acabar com os exames e o 3º. ano de Electricidade e o 4º. de Química com as notas. No 2º. ano de Física é posta em questão, com debates em aulas sobre o conteúdo e os métodos da cadeira e no 3º. ano de Química as técnicas de Física III são interrompidas para discutir a cadeira, decidindo depois os estudantes fazer o mesmo nas outras cadeiras do ano; entretanto, no 1º. ano começa-se a discutir a cadeira de Desenho e Métodos Gráficos.

Eneste contexto que surgem as intervenções policiais, as lutas de apoio em Lisboa, uma Reunião Geral no átrio do Pavilhão Central no dia em que a polícia impediu a realização do plenário frente à Reitoria, que se veio a realizar em Medicina com a marcação de novo plenário para o Técnico, a transferência da RGA para o Salão Nobre por ter melhores condições acústicas e um dia de greve activa em que são discutidas pelos estudantes presentes no Instituto desde questões de curso (4º. de Química) até problemas não pedagógicos. Reforma e Repressão etc...

(cont. na pag. 2)

RESOLUÇÕES DA REUNIAO GERAL DE ALUNOS

Conforme ficou decidido no final da R.G.A., esta foi adiada para 3ª. feira às 10 horas, e que para isso a Direcção da AEIST deveria pedir o Salão Nobre ao Director. Caso este não seja cedido a reunião iniciar-se-á no átrio onde se discutirá o local da sua realização.

Foi aprovada a realização de uma reunião de Comissões de Curso e colaboradores na 2ª. feira às 18 horas com a finalidade de ser discutida e analisada a metodologia para a discussão da Reforma.

No decurso desta reunião foram discutidos os pontos da ordem de trabalhos:

1. A situação actual na Universidade
2. A Reforma do Ensino.

Na sequência desta discussão foi aprovada a seguinte proposta:

Considerando:

a) que a proposta aprovada no Plenário de 6ª feira (22 de Jan.) apenas considera a passagem à prática do terceiro ponto da proposta que os presidentes das AAEE iriam apresentar ao MEN (ponto relativo à Reforma), e que é omissa relativamente aos pontos de normalização da vida associativa e de defesa contra a repressão (prisões e processos disciplinares).

b) que embora a continuação dessa luta esteja ligada a toda a discussão da problemática da Reforma ela deve também assumir uma expressão independente.

c) que a luta contra a repressão deve ser fundamentalmente dirigida a nível de todos os estudantes, a nível federativo.

os estudantes do IST propõem à RIA que:

1) seja desenvolvida a nível de Lisboa uma acção tendente a realizar na prática o que a existência de Associações de Estudantes nas escolas do Ensino Médio permitira, de modo a forçar a entrega das instalações destinadas às actividades circum-escolares dos estudantes do Industrial e do Comercial.

2) que a defesa dos estudantes suspensos seja feita de modo activo permitindo-lhes a frequência normal às respectivas escolas e a todas as assembleias de discussão e de decisão a que normalmente teriam direito.

RGA

O.T.: 1. REFORMA GERAL DO ENSINO; 2. TRABALHO PEDAGÓGICO-CULTURAL - CURSOS LIVRES - PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA UNIVERSIDADE

TERÇA-FEIRA
10 hs
salão nobre

A OUTRA FACE DA REFORMA (Cont.)

O Director que inicialmente se recusara a apoiar as alterações e supressão das cadeiras (afirmando que tinha sido feita esta ano uma reforma afirma que a sua autoridade estava a ser posta em causa e que se sentia incapaz de dominar os acontecimentos que encerra o Instituto.

O movimento dos estudantes mostrava pois que não estava de modo nenhum enquadrado, não permitia o funcionamento normal da máquina que a reforma readaptara, e o que é ainda pior, o movimento não só não parara mas radicalizava-se (com hesitações e erros, é certo) e politizava-se cada vez mais.

Perante a ineficácia do sorriso impunha-se o uso do cacete. E sucedem-se as intervenções policiais sobre grandes massas de estudantes, depois, face à nossa reacção um período de descompressão e novamente medidas de repressão (desta vez selectiva) — processos disciplinares e suspensão em Direito, ameaças de processos disciplinares e policiais e de suspensões dos quadros sindicais, intervenção policial na RIA no sábado, etc.).

Como manifestações concretas da política que o governo está a seguir, cujo esboço tentámos fazer, surgem-nos neste momento dois acontecimentos importantes: a notificação para a DGS de dirigentes da AEIST e o aparecimento de uma extrema-direita em organização na Universidade.

A NOTIFICAÇÃO PELA DGS DOS DIRIGENTES DA AEIST

Integrada numa política de intimidação dos estudantes, quer a nível de massas (Intervenções policiais em Direito, Industrial e Cidadania Universitária), quer a nível selectivo (processos disciplinares, prisões, etc.) que visa isolar os quadros sindicais da grande maioria dos estudantes, como condição de os eliminar 'pela calada', ao mesmo tempo que uma campanha de informação, com discursos e notas em jornais, etc., tenta por outro lado isolar os estudantes da população apontando-os como elementos que não querem estudar e/ou controlados por 'agitadores a soldo da subversão internacional'.

A NOTIFICAÇÃO ENTREGUE PELA D.G.S. A DIRECÇÃO DA AEIST



DIRECÇÃO-GERAL
DE
SEGURANÇA

S. R.

CERTIFICADO DE NOTIFICAÇÃO

Certifico que nos vinte e oito dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Lisboa a Direcção-Geral de Segurança

(Cont. na pag. 3)

O ponto mais saliente desta política está na unidade de interesses que ela representa, a unidade de todos os grupos que pertencem ao poder.

Assim note-se a unidade gerada em torno das actuações do ministério da Educação, nomeadamente da recente nota oficiosa com a lista das sanções a aplicar (speto que, para além de divergências secundárias, foi na Assembleia Nacional dado por Correia da Cunha deputado 'liberal', e Casal Ribeiro deputado 'reaccionário') assim como o incondicional e total apoio dado pelo Governo numa altura em que corriam boatos de demissão do ministro Veiga Simão.

No Técnico é de notar o conhecimento prévio da convocação da Direcção para a DGS, que o Director do IST tinha, o que denota uma ligação, informação e coordenação entre os diversos departamentos governamentais encarregados de aplicar uma mesma política.

ALGUNS GRUPOS DE 'EXTREMA DIREITA'

Durante a abstenção às aulas de quinta-feira, enquanto os dirigentes da AEIST com pareciam na DGS, notou-se o aparecimento de determinados grupos de 'extrema-direita', uns tentando impedir pela violência a informação dos estudantes, outros recusando-se declaradamente a aceitar as decisões das Reuniões Gerais de Alunos (um elemento desses grupos recusou-se a sair da aula porque 'era fascista') outros tentando ruidosamente lançar a confusão nas reuniões. Naturalmente seria a esta 'maioria' silenciosa que o Sr. Ministro da Educação fazia apelo para se manifestar, e cujas medidas repressivas vieram a encorajar.

As manobras de intimidação devemo-nos responder firmes e unidos em torno dos nossos objectivos cientes de que só essa posição poderá fazer recuar a repressão, mostrando às autoridades a nossa predisposição para continuarmos a luta pela "normalização da vida académica" e para levarmos à prática as decisões do último Plenário sobre a Reforma. Quanto aos 'grupos de extrema-direita' impõe-se um reforço do trabalho de informação e esclarecimento, traçando uma linha divisória clara entre a grande maioria dos estudantes e esses grupos declaradamente anti-associativos e anti-estudantis.

ATENÇÃO! CURSOS LIVRES

INFORMATE DAS REUNIÕES DO BAR DA AEIST



A POSIÇÃO DOS ASSISTENTES

Devido ao seu grande interesse, publicamos as resoluções de duas reuniões de assistentes, respectivamente do Técnico e de Económicas.

Resolução da reunião de Professores Extraordinários, auxiliares e assistentes do IST, realizada na passada semana.

Os Prof. extr., auxiliares e assistentes do IST:

- Apoiam a decisão do Director de encerrar o Instituto;
- Pronunciam-se a favor da sua reabertura na próxima 2ª feira dia 25;
- Manifestam o desejo de que seja feito todo o possível para evitar a intervenção na Universidade de elementos estranhos à mesma

Na 5ª feira realizou-se uma Assembleia Geral de Assistentes de Económicas que aprovou a moção que a seguir se transcreve:

(Cont. na pag. 3)

A NOTIFICAÇÃO DA PIDE (continuação)

ga, em, Fiebre dos Santos Dias de Melo, Inspector da Direcção-Geral de Segurança, notifiquei a Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico na pessoa dos seus dirigentes, Presidente da Direcção, primeiro Vice-Presidente da Direcção da Associação, Vice-Presidente para as Relações Exteriores da Direcção da Associação e Segunda Secretária da Direcção da Associação, respectivamente JOÃO MANUEL LANÇA VIEIRA LOPES, RUI ELVILHA MANRIQUELA, CARLOS ANTONIO GONÇALVES IOMBO e FERNANDO JOSÉ MOURA MARILHO DE BRITO, todos alunos do Instituto Superior Técnico, de que, nos termos da nota oficial do Ministério da Educação Nacional, de vinte e dois de Janeiro corrente, as Associações de Estudantes não podem continuar a existir para os seus fins e devem cessar toda a actividade de propaganda política e toda a acção ilegal, que nada tem que ver com a vida da Universidade, sujeitando-se automaticamente às sanções previstas na lei. - - - - - A Direcção-Geral de Segurança conhece a actividade da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico e a gravidade das faltas já cometidas mas antes de proceder com todo o rigor da lei, notifica formalmente a Direcção da Associação, como efectivamente o faz, de comportamento que lhe exigirá para inteiro cumprimento das obrigações a que está sujeita. Nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei número trinta e nove mil seiscentos e sessenta, de vinte de Maio de mil novecentos e cinquenta e quatro, não pode exercer actividade diversa da prevista nos seus estatutos ou contrária à Ordem Social estabelecida, nem funcionar em desacordo com o que preciza o artigo primeiro do mesmo Decreto-Lei. - - - - -

Não podem ser admitidas às respectivas reuniões ou assembleias pessoas estranhas à Associação, que não sejam seus sócios, nem ser utilizadas as respectivas instalações e equipamentos para a impressão de comunicações, manifestos, panfletos ou outros escritos subversivos sob pena de encerramento das instalações e apreensão das máquinas e dos móveis, de harmonia com o disposto nos artigos vigésimo terceiro e vigésimo quarto do Decreto-Lei número trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e sete, de treze de Junho de mil novecentos e quarenta e nove. - - - - - E para constar se lavrou a presente certidão que, depois de lida em voz alta na presença de todos os intervenientes que, declararam ficar cientes do seu conteúdo, a V.ª Assessoria assinou o Inspector que a reviu e fez das diligências. - - - - -

Foram também notificados para comparecerem na DGS, durante esta semana, os dirigentes das AAEE de Económicas, de Direito e de Ciências (de Lisboa) e ainda três dos componentes da Direcção Geral da AAC.



ESTUDANTES PRESOS

No decorrer dos últimos acontecimentos foram presos os seguintes estudantes:

Miguel Jasmins Pereira - Aluno do Ensino Liceal, preso no dia 15 quando ia para Stª Maria;

Fernando Soares Pinto e António Gomes - ambos da Escola Patrício Prazeres, presos na rua por distribuírem comunicados no dia 16;

José Manuel Veríssimo - Aluno do Ensino Liceal, preso no dia 20 em casa;

Raimundo - Aluno da Escola Patrício Prazeres, preso no dia 27 em casa;

Eugénio Ruivo - Aluno da Escola Afonso Domingues, preso no dia 27 no emprego;

Mamede - Aluno da Escola Fonseca Benevides, preso no dia 27 em casa e

Lino de Carvalho - Aluno do ISCEF, preso no dia 27 no emprego.

A POSIÇÃO DOS ASSISTENTES (Cont.)

Tendo em conta a actual situação na Universidade e as informações e declarações que a essa situação se têm referido, os assistentes do ISCEF, reunidos em Assembleia Geral deliberam:

1. Reprovar a forma como tem sido divulgada a informação, não permitindo que o país tome conhecimento objectivo da actual situação universitária e das causas que estão na sua origem.

2. Considerar que a situação de crise actual na Universidade de Lisboa, foi agravada pelos termos em que se processou a intervenção da polícia: desnecessária, brutal - agressão imediata, violenta e indiscriminada - e arbitrária - e até porque em casos anteriores e em idêntica situação, posteriormente verificada, o procedimento foi inteiramente diverso.

3. Reconhecer pública e claramente que a contestação estudantil no ISCEF, nos últimos dois anos, foi factor decisivo para que a Escola tenha, no presente ano, um Conselho e uma Direcção em funcionamento, bem como um processo de Reforma que era, a todos os títulos urgente.

4. Participar activa e criticamente no estudo e na discussão dos projectos da Reforma do Ensino, sendo para tal necessários a apreciação e o debate, na Universidade de todos os seus aspectos, nomeadamente a dimensão sócio-política das referidas Reformas.

AINDA A INTIMIDAÇÃO DA DGS

Em toda esta actuação contra os estudantes e os seus organismos sindicais, um factor tem sido a perfeita ligação entre os diversos departamentos governamentais - Ministério da Educação e do Interior, Secretaria de Estado da Informação, Direcção Geral de Segurança (ex PIDE), Reitores, Direcções de Institutos, etc. Veja-se ao longo do 1º Período, a polícia entrar sistematicamente no Comercial e iniciar-se a vaga de suspensões no ensino médio perante a passividade do MEN (foi nessa altura que se realizou a primeira tentativa infrutífera dos delegados dos estudantes serem recebidos pelo MEN).

Note-se novamente, a mesma passividade quando da entrada da polícia no Industrial e em Direito, nas intervenções nos Plenários, o mesmo aliás sucedeu quanto ao encerramento do IST.

Mais tarde a nota ministerial, com o requisiário de 'castigos', veio dar o retoque final em todas estas actuações, legalizando-as e dando-lhes o seu aval.

E pois a nota do Ministro Veiga Simão, e no seu seguimento, que a Direcção Geral de Segurança (ex PIDE) vai buscar os pontos e as ameaças que expõe na notificação:

- Dizer que as AAE devem cessar a 'propaganda política' e que a DGS conhece as actividades das Associações, para além de vago e impreciso, visa impregnar as AAE de uma actividade de propaganda política que não têm; e só fazer propaganda política, por exemplo, a discussão da Reforma, poderão todas estas questões ser discutidas em abstracto, isto é, fora do contexto nacional em que se inserem.

- Afirmer que as Associações não podem imprimir 'panfletos, manifestos, etc.', sob pena

de serem apreendidas as máquinas, etc... ty do isto, segundo os critérios arbitrários das autoridades, é mais uma tentativa de impedir uma informação tanto quanto possível correcta, tanto do que se passa na universidade, como fora dela (para além da imprensa mais ou menos censurada ou autocensurada), o que não é inédito se nos lembrarmos da nota enviada à AEIST em Maio passado, em que se ameaçava encerrar a Secção de Folhas. Como poderemos então ter um ensino 'crítico' se não tivermos acesso a todos os elementos de informação necessários.

- Dizer que as reuniões só podem ser abertas a 'sócios', é uma tentativa de impedir ou pôr dificuldades a que os estudantes se reúnam para discutir os seus problemas seja na própria escola, seja entre diversas escolas e lembremos a esse respeito o impedimento oficial a reuniões gerais de alunos, a Plenários e Reuniões Inter Associações.

Na repressão e intimidação, uma das armas que estão a ser utilizadas são os textos legais sobre a actividade das 'associações'. Não que nos devamos prender demasiado, pois a 'legalidade' de um determinado acto depende de uma relação de forças e de interesses (ex. uma Reunião Geral de Alunos talvez na legalidade estrita seja ilegal, o que não impede a sua realização), mas a modificação da legislação tem sido sempre um dos nossos objectivos de luta.

A modificação da legislação anti-associativa é um dos maiores problemas que nós devemos pôr na questão da Reforma.

SAIBAMOS ENCONTRAR UMA RESPOSTA CORRECTA A ESTAS INTIMIDAÇÕES

Do jornal 'NOVIDADES' de 24 Jan. publicamos o seguinte recorte:

DESORDEM NAS UNIVERSIDADES

Nos últimos dias deram-se novos e, mais graves ainda, desordens nas Universidades, principalmente do Lisboa e de Coimbra. Estas como outras anteriores, recostaram-se de carácter revolucionário, desordeiro, político e agressivo. Alguns, talvez poucos, dos que ainda vivem neste país, recordarão por certo outras semelhantes que na Universidade da Coimbra possuíam e concorreram para a implantação dum regime republicano que, nos seus primeiros anos, sendo mais magónica do que democrático, a tendo pelo espírito da Revolução Francesa, já ultrapassado aliás na Própria França, causou os mais graves prejuízos à Nação e deixou os mais tristes e vergonhosos páginas na sua História. E também talvez não esqueceram a violência, o carinho com que as autoridades desse tempo trataram aqueles jovens estudantes e não os meteram na ordem, como era seu dever.

Ora esses mesmos estudantes têm estado a receber que o seu vício e repetição no actual momento. Desordens, ataques pessoais, propagação caluniosa dos bons princípios e os interesses nacional, prejuízos causados a pessoas e a propriedade, ofensas contra algumas das mais altas autoridades, acções de agentes comunistas que nem estudantes universitários são, ataques contra a integridade e os mais altos interesses da Pátria e contra os dignos e heróicos soldados que se defendem à custa da própria vida, tudo isto se tem dado sem que, afinal, nem os que nos próprios meios universitários também se encontram nem as autoridades responsáveis tomarem as providências que tão grave caso exigia.

As coisas, porém, parece que são mudas. A terra nos levou a pensar uma nota oficializada da Ministério da Educação Nacional e uma voz que se ergueu corajosamente na Assembleia Nacional.

Na primeira, depois de focado o mal nos seus mais graves aspectos, justas e severas medidas, como sejam aplicadas aos alunos e que é de direito comum, manter e ordenar a disciplina, expulsar os desordeiros e criminosos, impedir que as associações académicas se entreguem a finalidades diferentes das que lhes são próprias, especialmente de de política e de revolução, restabelecer a normalidade do funcionamento das aulas, combater certo activismo dos alunos e certa passividade de outros. Pois muito bem pode o sr. Ministro ser a certeza de que está a ser aplaudido por todos os portugueses (e não grande maioria) que ainda não perderam o juízo.

Por seu vez, o ilustre deputado Casal Ribeiro, que abordou o assunto no parlamento, depois de fazer os males que afectam a vida universitária, pede que se não continue a usar 'intempestiva e demasiada brandura', se não totemos as 'proposições do partido comunista', se expulsarmos os agitadores profissionais e que 'a nova legislação se mantenha sempre em vigor'.
Armadão e de todos aqueles que têm dentro de si o sentimento da honra e do dever.

Sim; todos nós devemos ouvir e seguir esta voz, o quê!!!

MAIS UMA VEZ VÊM A TONA MANOBRAS ANTI-ASSOCIATIVAS

Encontram-se a circular entre alguns dos nossos colegas umas folhas com o texto que a seguir apresentamos.

Estas manobras devem ser denunciadas e achamos que é suficiente a reprodução de um dos tais 'abaixo-assinados'.

EXMO. SENHOR DIRECTOR DO I.S.T.

Na expectativa de por qualquer motivo se vir a pedir a V.Exa. a abstenção dos alunos às aulas, os alunos abaixo assinados pedem a V.Exa. que se digne assegurar o normal funcionamento das mesmas.

3º Ano Mag.
10929

Avulso de Jesus Amado Nanteigas

INFORMAÇÕES DOS CURSOS 1º ANO

Tendo sido convocada pelas comissões de 1º ano para as 18 h. da passada 6ª feira uma reunião geral de 1º ano, na qual foi analisado e discutido o problema da Química, um elemento provocatório, que já havia estabelecido contactos com os professores, arrancou os cartazes que convocavam a reunião.

E de denunciar tal atitude desse indivíduo, cuja identidade conhecemos, que pretende impedir a discussão democrática dos problemas por todos os alunos do 1º ano.

Reunião Geral de
Alunos do 2º ano
4ª feira - 10 horas
(no salão nobre)